



Revista

Latino-Americana de História

Programa de Pós Graduação em História – UNISINOS

V. 11, n. 28
Ago./Dez. de 2022

ISSN 2238-0620

A PARTICIPAÇÃO DE ARTISTAS LATINOS NO CASO ELIÁN GONZÁLEZ

THE PARTICIPATION OF LATINX ARTISTS IN THE ELIÁN GONZÁLEZ CASE

Resumo: O caso Elián González (1999) figura como um dos principais marcos na história das relações políticas entre Cuba e Estados Unidos. Não se tratando de um caso único de discussão diplomática entre os dois países a respeito do exílio e das migrações, o processo de Elián foi amplamente coberto pela mídia estadunidense e global em função da mobilização de exilados anticastristas que exigiam a permanência do jovem em Miami. Parte destas mobilizações ocorreu junto com a participação e apoio de artistas latinos, com destaque aos cubanos exilados, a exemplo de Andy Garcia e Gloria Estefan. Este artigo, inserido nos debates da História do Tempo Presente, analisa o engajamento social, político e cultural destes artistas que participaram de manifestações coletivas em Miami durante o caso Elián González.

Palavras-chave: Artistas Latinos; Exílio Cubano; Miami; Participação Política; História do Tempo Presente.

Abstract: The Elián González case (1999) stands as one of the main milestones in the history of political relations between Cuba and the United States. Not being a unique case of diplomatic discussion between the two countries regarding exile and migration, Elián's process was widely covered by the US and global media due to the mobilization of anti-Castro exiles who demanded that the young man stay in Miami. Part of these mobilizations took place together with the participation and support of Latin artists, especially exiled Cubans, such as Andy Garcia and Gloria Estefan. This article, inserted in the debates of the History of the Present Time, analyzes the social, political, and cultural engagement of these artists who participated in collective demonstrations in Miami during the Elián González case.

Keywords: Latinx artists; Cuban exile; Miami; Political Participation; History of the Present Time.

Igor Lemos Moreira

Mestre em História
pela Universidade do Estado
de Santa Catarina (UDESC)
igorlemoreira@gmail.com



Introdução

Em 21 de novembro de 1999, Elián Gonzalez, juntamente a sua mãe Elizabeth Brotons e outros treze cubanos, embarcaram em um pequeno bote com destino aos Estados Unidos. A viagem, que tinha como objetivo final o exílio de seus participantes, iniciou em Cárdenas (Cuba) e tinha como destino a cidade de Miami (Flórida). A expectativa de seus participantes era que, ao ingressarem em solo estadunidense, fossem beneficiados pelo *Cuban Adjustment Act* (1966), reformulado em 1996 pelo presidente Bill Clinton. Essa alteração, popularmente conhecida como política dos “pés secos, pés molhados”, representava uma flexibilização nas leis buscando atingir o governo revolucionário em Cuba ao facilitar o ingresso de cidadãos cubanos ao país, pois poderiam pedir residência no país após transcorrido um ano de chegada aos Estados Unidos (Perez Jr., 2003).

No decorrer do trajeto de mais de 300 km o motor, que dava impulso ao bote, apresentou defeitos, levando a pequena embarcação a naufragar provocando a morte de doze integrantes que acabaram se afogando, inclusive Elizabeth Brotons. Dos quinze participantes da viagem, apenas Elián e mais duas pessoas sobreviveram, permanecendo boiando até o dia 26 de novembro de 1999 quando foram resgatados por pescadores na costa da Florida. Elián e os demais passageiros do bote foram levados a Miami, sendo que o jovem Elián, que na época em que estes eventos ocorreram completou seis anos, foi entregue ao tio-avô, Lázaro González que morava, juntamente às famílias materna e paterna do rapaz, na cidade.

Uma vez tomado conhecimento do caso ambas as famílias demonstraram interesse pela custódia do rapaz, contudo esse processo foi adensado pelo pedido de guarda pelo pai, Juan Miguel González que ainda residia em Cuba. Essa solicitação, feita ao governo dos Estados Unidos iniciou uma disputa judicial e diplomática entre os dois países, as comunidades exiladas e a justiça estadunidense. As discussões em torno do caso “Elián González”, como ficou conhecido a partir de então, se estenderam por meses e promoveram reflexões a respeito da crise dos balseiros, dos riscos que corriam constantemente aqueles que tentavam deixar ilegalmente Cuba e o engajamento de figuras políticas, intelectuais e artísticas.

Para as historiadoras Lillian Guerra (2007a) e Michelle Chase (2015), o caso Elián González inaugurou uma nova fase dos debates sobre as identificações cubanas no exílio, assim como dos mitos que envolvem a construção das representações sobre os Estados Unidos e Cuba nas disputas causadas pela Revolução Cubana e pelas migrações em massas. As proporções

tomadas pelo caso, inclusive, levaram Fidel Castro a se pronunciar oficialmente, aumentando assim a atenção para a situação. Na ocasião, o líder revolucionário condenou veementemente a permanência da criança em solo estadunidense e “fez dele um símbolo do regime, ‘sequestrado pelo antro hostil do capitalismo’.” (Costa, 2013, p. 323).

Este artigo, de caráter exploratório, analisa uma das dimensões que envolveram as discussões do caso Elián González iniciado em 1999 e que se estendeu até 2000, quando o jovem foi enviado de volta para Cuba para ficar sob a guarda de seu pai. Os debates em torno da guarda, disputada entre a família do rapaz que vivia nos Estados Unidos e o pai em Cuba, mobilizaram diferentes esferas sociais, culturais e políticas globalmente, mas com maior intensidade na própria cidade de Miami onde, desde a Revolução Cubana havia se fixado uma forte comunidade exilada anticastrista. O engajamento de exilados cubanos que se colocavam contrários a saída de Elián González dos Estados Unidos foram somados aos posicionamentos de diferentes grupos cubanos que também residiam nos Estados Unidos.

Pretende-se discutir, especialmente, a participação de artistas cubanos exilados nos Estados Unidos ligados ao *mainstream*, a exemplo de Gloria Estefan e Andy Garcia, em torno do processo. A análise destaca, em especial, as formas como estas figuras se mobilizaram politicamente em favor da permanência do jovem em Miami, usando de sua imagem pública e produção artística como instrumentos para reforçar suas falas, reunir as comunidades exiladas e destacar as disputas sobre a guarda da criança como um debate inserindo em um contexto maior das relações entre Cuba e os Estados Unidos.

2. Cuba e os Estados Unidos nas rotas de exílio

A Revolução Cubana (1959) inaugurou uma nova fase de trânsitos entre os Estados Unidos e Cuba. Após a deposição de Fulgêncio Batista e a implementação do governo revolucionário, a ilha, que durante a primeira metade do século XX foi um dos principais pontos de viagem e turismo estadunidense, tornou-se um epicentro de fluxos migratórios para os Estados Unidos (GOTT, 2006). Desde 1959 as migrações entre Cuba e os EUA foram marcadas por diferentes ondas, provocadas pela história política entre os dois países. Na capital do estado da Florida instalou-se, logo após a deposição de Batista, uma grande comunidade exilada anticastrista que elaborou novas narrativas de pertencimento a Cuba e engajaram-se politicamente na oposição ao governo de Fidel Castro.

Calcula-se que entre 1959 e 1961 mais de 200 mil cubanos se exilaram nos Estados Unidos, sendo a maioria membros das elites urbanas e grupos políticos apoiadores do ex-ditador que optaram por se fixar em Miami, constituindo parte de um forte setor empresarial na cidade durante as décadas seguintes (Gott, 2006). Os grupos que se fixaram na cidade atuaram em duas frentes principais: por um lado participaram ativamente dos projetos políticos e militares que visavam a derrubada de Castro, desenvolvidos no decorrer da década seguinte a revolução, como o Ataque a Baia dos Porcos (1961) e a Operação Pedro Pan (1960-1962); Por outro, estes grupos iniciaram projetos que visavam reconstruir uma Cuba imaginada no exílio, tendo como destaque a própria cidade de Miami.

Segundo Aviva Chomsky (2015, p. 121), “os cubanos de Miami haviam tentado recriar e preservar a Cuba dos anos 1950, antes das mudanças sociais da década de 1960 que levaram os grupos cubanos e latinos aos Estados Unidos”. Essa primeira onda de exilados a deixarem Cuba potencializou certos setores do próprio governo que seria implementado. Além das elites urbanas uma série de médicos, professores, produtores industriais e políticos deixaram o país. Deste modo, foi possível que o grupo liderado por personalidades como Fidel Castro, Ernesto “Che” Guevara e Camilo Cienfuegos refletisse sobre a modernização e consolidação de novos projetos nacionais associados a setores como a saúde e a educação, para além de mudanças estruturais no próprio governo. Entre estes/as primeiros/as exilados/as que procuraram exílio nos Estados Unidos estiveram artistas e músicos com carreiras consolidadas no país, a exemplo da cantora Célia Cruz, além de sujeitos que construíram carreiras artísticas posteriormente como Andy Garcia, Gloria e Emílio Estefan.

Em um primeiro momento, o recebimento dos exilados em solo estadunidense esteve baseado em legislações criadas no contexto da Segunda Guerra Mundial, que criavam instrumentos próprios para recebimento de migrantes advindos de países comunistas e procuravam refúgio no país (Chomsky, 2015). Dados os altos números de exilados que chegavam semanalmente no país, através principalmente das rotas marítimas, foram criadas leis como o *Cuban Adjustment Act* (1966), que permitia a concessão de vistos de refúgios a quase todos/as cubanos que chegassem ao país. Entre seus outros dispositivos, a lei criada durante o governo Lyndon Johnson abria a possibilidade que, após dois anos de permanência nos EUA, os/as cubanos/as solicitassem residência permanente no país (EUA, 1966).

Retomar esse primeiro momento da história do exílio cubano possibilita perceber, brevemente, que existiu um movimento das comunidades de procurar, ao se fixar no território,

colaborar com ofensivas e na tentativa de deposição do governo revolucionário, o que foi alimentado e mobilizado pelo Estado estadunidense. As mudanças nas políticas migratórias, assim como o envolvimento dos grupos anticastristas, foram fundamentais nas tentativas lideradas pelos EUA de bloqueio e derrubada da Revolução (Gott, 2006; Ayerbe, 2004). Apesar de não serem bem-sucedidas, a exemplo do Ataque a Baia dos Porcos de 1961 que acabou por reforçar a centralidade e potencial revolucionário, os projetos desenvolvidos no decorrer dos anos 1960 criaram laços políticos entre exilados e o governo estadunidense o que levou a embates fundamentais nas décadas seguintes. A década de 1960 foi fundamental para a construção de um imaginário exílico em que os Estados Unidos seriam um potencial aliado e apoiaria estes grupos na busca por um possível regresso a Cuba, após a deposição de Fidel Castro, e de suporte na permanência deles próprios em solo norte-americano (Guerra, 2007).

Tais questões seguiram no decorrer nos anos 1970 e apresentaram novas questões a partir da abertura do Porto de Mariel em 1980, momento conhecido como segundo grande êxodo. No início da década de 1980, a rota do exílio já havia se alterado consideravelmente, em especial pela decisão do presidente Jimmy Carter em limitar a entrada no país a no máximo 3.500 pessoas, tornando-se quase tão difícil entrar no país como deixar Cuba em função das políticas internas criadas pelo governo revolucionário. Em 1980, cerca de 10 mil cubanos/as foram autorizados a deixar o país por vias áreas com destino a Costa Rica e, posteriormente, ao Peru (GOTT, 2006). A partir da chegada a capital peruana, não havia mais um projeto ou roteiro para estes exilados, deixando seus destinos em aberto. Contudo, “a crise tomou uma dimensão dramática dois dias mais tarde, quando Castro interrompeu a ponte-aérea para a Costa Rica e anunciou que todos os que quisessem partir teriam permissão de fazê-lo” (Gott, 2006, p. 301). Esse comunicado foi complementado pelo anúncio do governo estadunidense assegurando que o país receberia a todos/as os exilados, o que foi reforçado um mês após o início do êxodo de Mariel pela aprovação do “*Refugee Act*” (1980). Tal lei, redefiniu a definição de refúgio implementada pelo governo estadunidense, sendo que a partir deste momento os cubanos não se enquadrariam mais nessa categoria, levando assim a entrada dos exilados no país a serem julgadas separadamente (EUA, 1980).

Após o anúncio, centenas de cubanos/as passaram a se mobilizar para deixar Cuba com destino aos Estados Unidos. Dessa vez o deslocamento ocorreu a partir de barcos enviados pelo governo estadunidense e que partiriam do porto de Mariel com destino a Florida. Porém, o número de cubanos/as que desejava deixar o país extrapolou as expectativas em milhares de

pessoas. Ao mesmo tempo, foi constatado que muitos internos de prisões, hospitais psiquiátricos, Unidades Militares de Apoio à Produção (UMAPs) e centros de detenção foram levados até o porto para integrarem a nova onda de êxodo cubano para os EUA. Além de se criar como válvula de liberação de grande parte dos movimentos de oposição ao governo, Fidel Castro e o governo cubano utilizaram das liberações em massas da população para retirar do país aqueles que não se integravam ao projeto revolucionário, em especial os associados ao “Novo Homem cubano” que deveria ser marcadamente heterossexual, cristão, não consumidor de bebidas alcoólicas, monogâmico (Chase, 2015).

Calcula-se que em média 130.000 pessoas deixaram o país a partir do porto de Mariel em 1980, sendo que após quatro meses desse fluxo, o governo de Jimmy Carter iniciou uma extensa negociação com Cuba para interromper as saídas. Esse momento constituiu uma nova crise nas relações entre os países, provocando, inclusive, a perda de apoio eleitoral do presidente estadunidense que tentava sua reeleição. Segundo Alfredo Martinez (2017), os saldos para o governo de Fidel Castro, em contrapartida, foram positivos, pois a liberação do porto de Mariel foi utilizada como ferramenta política de resposta às políticas estadunidenses de flexibilização da entrada de exilados no país (em especial pelo *Cuban Adjustment Act*). Além disso, o êxodo de Mariel obrigou ambos os países a iniciarem discussões a respeito das migrações e dos exílios, materializadas em 1984 no Acordo de Normalização das Relações Migratórias.

Cerca de dez anos depois, em 1994, iniciou-se uma nova crise. Em função da crise econômica pós-queda da União Soviética e do início do Período Especial cubano, iniciou-se um novo movimento de saída de cubanos com destino aos Estados Unidos. Ao longo da década de 1990, Cuba viveu um cenário de profundos agravamentos das diferenças sociais, com a falta de produtos de consumo básicos que levaram ao controle sobre a distribuição/aquisição de alimentos, e a substituição de meios de transporte (em especial pela falta de petróleo). Segundo Richard Gott (2006), o Período Especial, levou o país não somente para uma crise de proporções generalizadas, mas intensificou também as críticas globais ao governo revolucionário, alimentando o discurso imperialista estadunidense e a oposição ao sistema político cubano. Uma das estratégias, neste cenário, foi o processo de dolarização e abertura maior ao turismo que, acabou resultando em maiores agravamentos sociais e na crítica interna ao governo.

Para além deste cenário, percebe-se o aumento da crise nos setores trabalhistas, e a emergência de um protagonismo feminino na tomada de decisões sobre os rumos familiares frente a cortes de despesas e demissões que vieram a ocorrer (Moreira, 2019). Diferentemente

dos casos anteriores, as saídas iniciadas nesse ano não foram autorizadas pelo governo cubano, o que as tornava ilegais e arriscadas, pois não contavam com meios de transporte apropriados. Em função da ilegalidade, era impossível que fossem utilizadas grandes embarcações ou recorrer as rotas áreas, o que levou os/s que desejavam deixar o país a recorrerem a balsas improvisadas, arriscando assim suas vidas. Esse momento ficou conhecido como “Crise dos balseiros”, ou êxodo de Malecón, e abriu vias para novas discussões em torno da migração e da imagem dos Estados Unidos como “benevolente” (Perez Jr, 2003).

Ao deixarem Cuba, ao menos em um primeiro momento, milhares de pessoas se jogavam ao mar em embarcações frágeis, improvisadas e despreparadas, o que levou uma série de mortes no percurso. Diferentemente os casos haitianos no mesmo período, caso conseguissem ser resgatados pela Guarda Costeira estadunidense, os/as cubanos recebiam asilo automático. Tal política gerava impasses entre Cuba e EUA, pois essa medida ia contra as estratégias cubanas de liberação limitadas para a emigração o que levou o país a afirmar “que a recusa dos Estados Unidos em permitir a entrada legítima dos candidatos a emigrante só servia para estimular os *balseiros* e os sequestradores.” (Gott, 2006, p. 335). Para tentar frear o posicionamento estadunidense, Fidel Castro ordenou novamente a flexibilização das autorizações, suspendendo as intervenções da guarda costeira cubana caso fossem encontradas novas embarcações deixando a ilha. Essa estratégia visava repetir o movimento da década anterior, forçando o governo Bill Clinton a abrir novas negociações.

Em função nos novos índices de cubanos buscando exílio nos Estados Unidos, o governo novamente enrijeceu suas políticas de entrada no país, sendo firmado um novo acordo em setembro de 1994 entre Washington e Havana. Durante a década de 1990 foi reformulado o *Cuban Adjustment Act*, implementando a “política dos pés secos, pés molhados”,

Como parte do resultado dos novos diálogos migratórios, o governo de Clinton criou a política Wet Feet/Dry Fee (Pés Secos/Pés Molhados). O acordo se tratava de um comprometimento dos Estados Unidos de que todos os cubanos que sua Guarda Costeira recolhesse ainda no mar (Wet Feet) seriam levados de volta a Cuba. Em contrapartida, o governo de Cuba garantiria que não haveria represálias contra os dissidentes deportados. Contudo, os cubanos que chegassem ao território dos Estados Unidos (Dry Feet) não seriam deportados, abrindo a possibilidade para pedirem refúgio e aplicassem ao ajuste migratório via Cuban Adjustment Act. (MARTÍNEZ, 2017, 328).

Além disso, foram aprovadas também as Lei Torricelli (1992) e Lei Helms-Burton (1996), sendo esta última um dos maiores instrumentos legais aprovados em solo estadunidense sobre o embargo político-comercial. Segundo a Lei de 1996 (EUA, 1996) ficava definida uma série de demandas obrigatórias a serem seguidas pelo governo cubano no momento de encerramento do governo revolucionário, assim como impunha diversas garantias aos bens privados e ao capital estadunidense investido na ilha. Além disso, previam-se sanções internacionais ao governo de Fidel Castro, além de bloqueios televisivos e estabelecia a oposição estadunidense a movimentos de apoio internacional.

Vale ressaltar que a criação da Lei Helms-Burton (1996) foi um movimento unilateral dos Estados Unidos, não contando com a participação cubana nos debates. A aprovação deste instrumento legal visava criar uma política estadunidense interna de tratamento ao país, além de construir novos mecanismos de pressão e interferência em Cuba, em especial no plano internacional. Além disso, a reformulação do *Cuban Adjustment Act* não freou o número de cubanos a tentarem entrar no país, como era esperado, sendo que os casos de mortes e tentativas fracassadas continuaram a ocorrer durante o restante da década. O caso Elián González (1999), foi um destes marcos de continuidade das viagens por balsas e seus debates estiveram perpassados por esse cenário de instabilidades e pressões políticas vistos até o momento.

3. Elián González, as comunidades exiladas e os artistas latinos

A tentativa de entrada de Elián González e sua mãe nos EUA em 1999 integrou, como visto anteriormente, uma terceira fase das ondas migratórias de Cuba para os Estados Unidos. Durante a década de 1990 milhares de pessoas buscaram atravessar o atlântico utilizando pequenas embarcações, muitas delas improvisadas com materiais reutilizados (caixas, garrafas, engradados, etc.) que eram convertidos em balsas. O caso Elián não foi exclusivo ou isolado, mas integrou um contexto maior destes fluxos de exílio que buscavam fora de Cuba, em especial na cidade de Miami, uma nova moradia e a participação em movimentos de deposição de Fidel Castro. O que tornou o caso do jovem distinto foi justamente a narrativa construída pela mídia em torno do caso, assim como o engajamento das comunidades em Miami, Cuba e os usos políticos desenvolvidos pelos estados e figuras públicas.

Nos primeiros momentos o caso de Elián foi tratado pela justiça estadunidense e por integrantes de sua família de maneira muito similar a outros casos de crianças que perdiam seus

país na travessia (Chase, 2015). Os embates jurídicos se intensificaram com a solicitação de guarda pelo pai, que ainda vivia em Cuba e, posteriormente, com o posicionamento público de Fidel Castro a respeito do assunto. Em seu pronunciamento, o presidente cubano afirmava que o jovem era vítima de um sequestro do capitalismo estadunidense, tornando-o um símbolo de todas as mazelas e críticas que o governo revolucionário tecia sobre o país. Após o pronunciamento, o caso, que até então tinha pouca visibilidade e estava sendo tratado nos processos legais já construídos no decorrer das últimas décadas, alcançou novas proporções.

Segundo Lillian Guerra (2007a, p. 03) “embora os parentes exilados de Elián tivessem inicialmente a intenção de enviar o menino para o pai e poucos ou nenhum contestassem a ideia, tanto o plano da família González quanto a opinião pública de quase um milhão de cubanos de Miami repentinamente mudaram de rumo, depois que Fidel Castro exigiu que o menino fosse devolvido dentro de setenta e duas horas”¹. A conversão de Elián em um símbolo narrativo por Fidel Castro aumentou o engajamento das comunidades exiladas em Miami que, ao perceberam o posicionamento do presidente, encararam aquele embate como uma disputa de forças. Rapidamente, grupos começaram a se reunir e pressionar o governo estadunidense para que negasse o pedido de deportação do rapaz, o que começou a ser amplamente coberto pela mídia.

Em função do crescimento midiático e de suas proporções o caso passou a ser tratado como uma das principais prioridades da política estadunidense, em especial nos debates sobre Cuba. Além da própria comunidade, que realizava vigílias em torno da casa em que Elián González estava vivendo, intelectuais e artistas dentro e fora dos EUA começaram a se pronunciar, tanto em apoio as comunidades exiladas como ao pai que solicitava seu regresso a Cárdenas. Os debates em torno do “caso Elián” receberam “ampla divulgação da mídia e provocou, possivelmente, o último debate intelectual sobre a Revolução Cubana.” (Costa, 2013, p. 324). Escritores latino-americanos, como Gabriel García Márquez, engajaram-se diretamente nas discussões passando a apoiar castro e realizando críticas ao comportamento da comunidade exilada que se ocupava dos veículos midiáticos para “atrapalhar”, na visão de Márquez, o processo. A crítica do escritor colombiano referia-se não apenas aos familiares e/ou a comunidade em geral, mas também a certos artistas que vinham usando de seus *status* de personalidades públicas para apoiar a permanência da criança com os familiares em Miami.

¹ Tradução do autor. No original: “Although Elián’s exiled relatives had initially intended to send the boy home to his father and few if any disputed the idea, both the González family’s plan and the public opinion of Miami’s nearly one million Cubans suddenly reversed course after Fidel Castro demanded that the boy be returned within seventy-two hours.”.

Muitos destes artistas, a exemplo de Gloria Estefan e Andy Garcia integravam o *mainstream* das indústrias culturais e eram reconhecidos como representantes das sonoridades latinas em seus respectivos segmentos. Ambos os artistas nasceram em Cuba e com suas famílias procuraram exílio nos Estados Unidos. Apesar de tratarem de questões sobre Cuba e de problemas políticos em suas produções, os dois cantores não podem ser considerados como artistas cujas produções estavam majoritariamente engajadas no movimento anticastrista. O que ocorria era que, muito mais do que filmes e canções engajadas, suas produções e envolvimento com as comunidades construíam formas de identificação e reforço de discursos de legitimidade dos cubanos que viviam em Miami como grupos herdeiros de uma “verdadeira Cuba” e detentores de uma versão essencializada do “ser cubano”, ou seja, da *Cubanidade*² (Guerra, 2007b).

Artistas cubanos como os cantores Gloria Estefan e Jon Secada e o ator Andy Garcia engajaram-se diretamente nos debates usando de suas visibilidades como pessoas públicas para colaborar com os discursos midiáticos, além de atrair atenção ao caso. Em uma série de reportagens do jornal *The New York Times* publicadas em 14 de abril de 2000, essas figuras não apenas aparecem, mas são usadas como vozes autorizadas para pronunciamento. Apesar de sua centralidade nestes debates e da força das comunidades cubanas exiladas em Miami, neste período, a sua condição de exilados os colava em uma posição de subalternidade e de sensação de desamparo em meio as discussões do estado-nação (Butler, Spivak, 2018).

Nos debates sobre o Elián González, presentes no jornal, as comunidades exiladas viam-se frente a um cenário de tensão e de esforço para se fazerem ouvir, configurando não somente os desafios do exílio, mas também as ilusões em torno da condição de sujeitos que não percebiam seus *status* de subalternos até uma ocasião de confronto ou de reivindicação de direitos em sociedades que não os percebem como totalmente integrantes (Spivak, 2010). Retomando Edward Said (2003) é fundamental perceber que o exílio é uma experiência heterogênea de desterritorialização, o exílio é também a suspensão de um pertencimento geográfico por um comunitário e imaginário em outros espaços territoriais, provocando dificuldades constantes de potencial político em situações como a da criança. As falas públicas

² Autores como Fernando Ortiz (1983) e Lillian Guerra (2007) definem a noção de *Cubanidad* como a constituição da própria identificação dos indivíduos enquanto cubanos, ou seja, uma forma de um *ethos* ou essência que constitui diferentes práticas que definem a representação cubana. Neste sentido, como prática cultural, a *Cubanidad* constrói uma forma imaginária de identidade que se pauta na produção de uma “ideia sobre Cuba”, baseada nas experiências, subjetividades e relações com o tempo.

de artistas latinos que integravam o *mainstream* podem ser percebidas enquanto estratégias e tentativas de transitar (sem romper totalmente) as limitações dessa condição.

Como figuras públicas, estes sujeitos se engajaram no movimento atraindo a mídia e conseguiram, por conta de sua visibilidade, serem ouvidos por grupos sociais e políticos mais amplos da sociedade estadunidense, sendo essa uma demonstração dos capitais simbólicos que detinham. O jornal, visualizando essa movimentação, passou a mobilizar o envolvimento dos artistas midiáticos como parte de uma construção narrativa maior, que visava criticar o movimento do governo cubano e defender a permanência da criança nos Estados Unidos. Tais capitais simbólicos, como práticas culturais se definem em “indivíduos ou grupos dotados de esquemas de percepção e de apreciação que os predispõem a reconhecer (no duplo sentido do termo) essas propriedades, ou seja, a instituí-los como estilos expressivos, formas transformadas e irreconhecíveis das posições nas relações de força” (Bourdieu, 2013, p. 111). É através de tais dimensões simbólicas e culturais que artistas configuraram experiências e elaboraram formas de manifestação que promovem não apenas a distinção, mas visam criar vias para redefinição de relações e organizações sociais, políticas e culturais.

A série de reportagens publicadas em 14 de abril de 2000 possibilita perceber esse e outros aspectos envolvidos, em especial a construção de um posicionamento anticastrista e de defesa das demandas da comunidade exilada cubana em Miami. Uma reportagem publicada na capa dessa edição foi intitulada “*Cuban's Family Defies Reno Court Issues a Stay*”. Buscando registrar as mobilizações dos últimos dias em torno da casa em que Elián González estava sendo mantido em Miami, a reportagem narrava o movimento da família, em especial do tio Lazaro González, de não entregar a criança após determinação jurídica. A decisão da família em ignorar a determinação, assim como recorrer da mesma, ganhou uma prorrogação do prazo por mais alguns dias o que teria sido comemorado pelos mais de quatro mil manifestantes que se encontraram frente a casa no bairro *Little Havana*.

Na reportagem, que inicia com um debate sobre a família González e a questão jurídica, é destacada a mobilização social dos manifestantes que, em alguns casos, desafiavam pessoalmente o governo a tentar retirar o rapaz pessoalmente da casa. Segundo a reportagem, apesar de algumas falas neste sentido, as mobilizações eram perpassadas por “uma atmosfera tranquila e até carnavalesca, onde os manifestantes pararam de cantar para comer casquinhas

de neve de cereja e tirar fotos de celebridades como Gloria Estefan e o ator Andy Garcia.”³ (*The New York Times*, 14 de abril de 2000, p. 28). Apesar das falas da cantora Gloria Estefan nessa mesma reportagem buscarem construir uma ideia de “tranquilidade” das manifestações, o clima de tensão era reafirmado constantemente pelo autor da matéria, o jornalista Rick Bragg. Ao mesmo tempo, construía-se uma visão pacificadora da artista junto a Lazaro González, outra voz autorizada sobre o caso em meio as comunidades exiladas, colocando sobre estas figuras um papel de liderança e responsabilidade.

A opção por registrar a presença da cantora, assim como Andy Garcia e outros artistas em uma matéria mais geral sobre o caso Elián González, demonstra justamente as relações entre mídia e visibilidade destes sujeitos citados anteriormente. Como afirma Marialva Barbosa (2004, p. 04), “ao selecionar o fato, transpondo-o do lugar da normalidade para o da anormalidade, transformando-o em acontecimento, e ao escolher a forma da narrativa, o jornalista está constituindo o próprio acontecimento e criando uma memória da atualidade.”. Além de selecionar eventos para serem rememorados em futuros próximos e/ou distantes, mídia e jornalistas elencam fatos do presente que orientam a opinião pública sobre o tempo vivido e buscam promover leituras e interpretações sobre a contemporaneidade. Destacar determinados aspectos e/ou sujeitos constitui um recurso narrativo, operado por critérios de subjetividade, que busca a partir das leituras de mundo do público, que é o interlocutor do jornal, produzir visões, opiniões e representações sobre o presente (Barbosa, 2004).

A mobilização da comunidade cubana exilada em torno da casa de Elián González recebeu uma reportagem própria na mesma edição do *The New York Times*. A reportagem “*Block by Block, a Wall Rises in Little Havana*”, da jornalista Lizette Alvarez, narrava a mobilização de um muro de pessoas em torno da casa de Lazáro González que se negavam o menino sair do local até a decisão do governo estadunidense ser por deixar o rapaz em Miami. O texto de Alvarez intercalou falas de pessoas “comuns” que estavam no local, como a da professora de ensino fundamental Noya e a dos artistas que incorporaram o movimento. A matéria registrava que:

Gloria Estefan, a cantora que é uma figura cultural e empresarial influente em Miami, e o ator Andy Garcia, ambos cubano-americanos, passaram um tempo com os manifestantes e dentro da casa. “Não queremos violência”, disse

³ Tradução do autor. No Original “a peaceful, even carnival atmosphere, where demonstrators stopped chanting to eat cherry snow cones and take pictures of celebrities like Gloria Estefan and the actor Andy Garcia.”

Estefan depois que o prazo terminou. “Somos uma comunidade pacífica. Instamos todos os cubano-americanos que assistem a se juntarem a nós no esforço”⁴. (THE NEW YORK TIMES, 24 de abril de 2000, p. 28).

Além de destacar a presença e a fala da cantora, reportagem destacava a dimensão de uma comunidade coletiva pautada na solidariedade e de identificação pela etnicidade. A mobilização social que levou a reunião de mais de quatro mil cubanos na frente da casa de Elián pode ser compreendida enquanto uma manifestação “de massa como uma rejeição coletiva da precariedade induzida social e economicamente. Mais do que isso, entretanto, o que vemos quando os corpos se reúnem em assembleia nas ruas, praças ou outros locais públicos é o exercício – que se pode chamar de performativo – do direito de aparecer” (Butler, 2018, p. 31). Esse ato performativo foi intensificado pela presença, fala e atuação artistas midiáticos, que não apenas se colocavam como interessados e sensibilizados, mas enquanto integrantes da comunidade exilada, como é possível perceber na fala de Gloria Estefan.

É perceptível também a construção de um embate simbólico entre representantes e vozes autorizadas em torno das disputas políticas entre os Estados Unidos e Cuba. Se Elián González foi, por um lado, transformado em símbolo para as discussões da condição de cubanos/as na ilha, assim como da experiência dos balseiros e do imperialismo estadunidense, outros sujeitos passaram a ser representados nessas vivências e condições (Banet-weiser, 2003). O caso do jovem, ao ser representado, iniciou um processo de reafirmação das identificações cubanas que se deram em um momento diferença e choque, ou seja, de disputas nas relações de força e construção dos discursos em torno da identidade (Hall, 2003).

O envolvimento dos artistas no caso Elián por meio da mídia, procurava operar dentro destas lógicas, percebendo tanto o rapaz como estas figuras representantes de grupos e discussões maiores. No caso de artistas como Gloria Estefan, essas representações eram “práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição.” (Chartier, 1990, p. 23). Estas representações envolveram não apenas a construção destas identidades, mas se tornam formas de embates simbólicos desde o momento em que Fidel Castro se envolveu no caso, revelando

⁴ Tradução do autor. No original: “Gloria Estefan, the singer who is an influential cultural and business figure in Miami, and the actor Andy Garcia, both Cuban-Americans, spent time with demonstrators and inside the house. “We want no violence,” Ms. Estefan said after the deadline passed. ‘We are a peaceful community. We urge every Cuban-American watching to join us in the effort’”

assim outras dimensões destas representações que estão justamente sob o invisível do que se permite ver (Ranciére, 2018).

Essa problemática é possível de ser percebida a partir de uma coletiva de imprensa realizada no dia 13 de abril de 2000, em que Gloria Estefan se pronunciou. Registrada pelo *Entertainment Weekly*, a coletiva contou com falas de Gloria Estefan e Andy Garcia em frente a casa de Lázaro González e um vídeo do próprio Elián, gravado de dentro da casa, onde pedia para ficar em Miami. Em sua fala, Gloria Estefan afirmava ser preciso seguir outros caminhos que não o retorno do jovem a Havana para convivência direta com o pai, Juan Miguel González. A cantora defendia a necessidade de fazer um processo progressivo de reintegração da criança a ele, e que esse processo deveria ocorrer nos Estados Unidos, indicando assim que não apenas Elián, mas também seu pai ficassem morassem em Miami. Sua fala retomava a categoria de vítima, mesmo termo usado por Fidel Castro para se referir ao jovem, mas com a diferença que o mesmo conceito era usado também para Juan Miguel González, afirmando que ambos não poderiam falar por si mesmos em função dessa condição.

A categoria “vítima”, utilizada constantemente em defesa de Elián ou de Juan Miguel, refere-se a uma dimensão política e social compartilhada por eles e perpassa os debates sobre a condição exílica cubana desde a revolução. Essa noção “como elaboração identitária, [...] se localiza historicamente, está sujeita às injunções do presente, e a memória, tornada um ‘dever’, demanda [...] a incessante convocação para que as vítimas testemunham as experiências traumáticas pelas quais passaram.” (Avelar, 2019, p. 29). Ao ser identificado como vítima, um indivíduo passa a ser visto sob uma perspectiva de solidariedade, de humanidade e de testemunha de experiências e do tempo vivido. Marcado pela violência, “a vítima é a atestação, não do fato, mas da própria impossibilidade de testemunhar” (Avelar, 2019, p. 29).

Nas duas perspectivas a ideia de vítima é justamente a experiência marcada pela violência, e impossibilitaria ambos de terem condições de fazer qualquer pronunciamento. Por um lado, o governo cubano e José Miguel González acusavam os Estados Unidos e a comunidade exilada de manter a criança contra sua vontade no país, sendo vítima do imperialismo sedutor estadunidense (Costa, 2013; Pérez Jr, 2003). Por outro, o discurso empreendido pela comunidade exilada em Miami e pelos artistas, a exemplo de Gloria Estefan, colocavam Elián e seu pai como vítimas do governo revolucionário em Cuba. Independente da perspectiva, e a categoria vítima varia de acordo com seus usos e as subjetivações, a impossibilidade de narrar é comum nas duas narrativas. No caso da defesa pela permanência

nos Estados Unidos, percebe-se que o jovem poucas vezes se pronunciava ao vivo (Banet-Wieser, 2003), representado pelo tio e figuras públicas como Gloria Estefan e Emílio Estefan, que se colocavam como representantes do jovem em função das suas experiências de vida.

A fala do ator Andy Garcia reforçou essa narrativa na coletiva de imprensa. Garcia posicionou-se não apenas como voz autorizada, mas relembrou aos presentes (e a mídia) que era necessário relembrar os desejos daqueles que não mais estavam presentes, nesse caso a mãe. Na impossibilidade de as opiniões maternas poderem ser expressas pessoalmente, dado ao seu falecimento, Garcia tornou-se portador da lembrança dessa vontade para a mídia no instante em que reafirmou que esse era o principal aspecto a ser levado em consideração. O ator destacava que esse era um ponto muito mais importante do que qualquer discussão política e/ou legal. Ao mesmo tempo, colocava-se que era preciso ouvir o rapaz através de seus desejos e vontades, destacando que ele gostaria pertencer a comunidade exilada em Miami. Tais anseios seriam os mesmos da mãe e por isso ela teria arriscado sua vida.

Essa vontade caracteriza um movimento de perceber-se em uma comunidade e como parte de uma identidade não apenas pelas experiências comuns, mas como grupo que possui desejos, memórias e heranças (Hall, 2006). A fala de Andy Garcia, assim como de Gloria Estefan, aproxima-se do que Edward Said (2003, p. 50) considera como uma das principais características dos exilados como indivíduos e como grupos. Segundo o autor, “os exilados sentem uma necessidade urgente de reconstruir suas vidas rompidas e preferem ver a si mesmos como parte de uma ideologia triunfante ou de um povo restaurado.”. Para o autor, e como é possível inferir na coletiva e nas reportagens anteriores, a ideia de um triunfo e de responsabilidade como povo restaurador perpassada pela constituição das comunidades cubanas no exílio (Guerra, 2003b), constituindo elemento não apenas indispensável, mas um pilar de sustentação para grupos. Figuras como Andy Garcia e Gloria Estefan demonstram essa narrativa e se colocavam como porta-vozes e legitimadores dela.

Com relação ao *The New York Times*, as duas reportagens destacadas anteriormente sobre o caso Elián González não foram o único momento em que a participação dos artistas foi registrada e comentada. Uma reportagem publicada na série especial de matérias destacava especificamente a participação destas figuras nas manifestações públicas. Intitulado “*Singer Joins Protesters and Call for Calm*”, o breve texto destacava Gloria Estefan como símbolo de perseverança, representante das comunidades cubano-americana, e figura poderosa entre as comunidades exiladas do ponto de vista cultural e empresarial. Se, como visto anteriormente,

as operações da mídia selecionam os fatos construindo narrativas como formas de “anormalidade”, grande parte da reportagem foca muito mais nas conquistas profissionais e pessoais da cantora e seu esposo do que propriamente no caso Elián González.

Destacando suas redes de restaurantes, hotéis e empresas no segmento musical, além das produções artísticas e o papel na popularização das sonoridades latinas nos Estados Unidos, o texto, que não possui autoria, usou a biografia de Gloria Estefan como mecanismo para legitimar a fala e participação da cantora no movimento. Além disso, destaca-se a participação do pai de Gloria Estefan no Ataque a Baia dos Porcos em 1961, além da proximidade da família da cantora com Fulgêncio Batista pelo fato do mesmo ser da equipe de segurança do ex-editador durante seu período no governo cubano. Tendo crescido em um ambiente diretamente marcado pelo posicionamento anticastrista, Gloria Estefan constitui parte da sua identificação enquanto cubana sob forte influência das opiniões e, principalmente, da ausência do pai sobre a situação cubana. Militar treinado, tendo atuado especialmente guarda-costas da primeira-dama em Cuba antes da Revolução, José Fajardo foi politicamente ativo ao longo de toda sua trajetória, influenciando as opiniões da cantora a respeito do governo revolucionário até o presente.

Em linhas gerais, a reportagem menciona apenas a presença da cantora como pacificadora, focando muito mais em traçar um perfil biográfico e de justificativa do que necessariamente o que vinha fazendo naquela assembleia. Essa estratégia narrativa do jornal aponta para duas questões que envolvem pensar a participação dos artistas no caso Elián. A primeira refere-se a uma busca por construir cada vez mais notícias e selecionar uma série de fatos que dessem extensão e densidade aos debates, ampliando ao máximo o evento. Outra questão refere-se ao já mencionado registro destas presenças, assim como a própria intenção de participação dessas personalidades, como legitimação do caso a um público mais geral. Ao destacar a presença de Gloria Estefan e retomar sua biografia, o jornal buscou situar a artista e o caso por meio de uma vinculação entre as experiências de Elián, da cantora e das comunidades exiladas de forma geral.

As três reportagens, que integram um conjunto maior de publicações na mesma edição do *The New York Times* no dia 14 de abril de 2000 sobre o caso Elián González, possuem uma narrativa bastante interconectada. Ao mesmo tempo, existiu uma aproximação entre o que foi impresso e a edição televisionada da coletiva de imprensa na qual Andy Garcia e Gloria Estefan deram pronunciamentos sobre caso, em especial, pois partiram de eventos que ocorreram no mesmo dia. Por meio da mídia é possível verificar o engajamento destes artistas cubanos ligados

ao *mainstream* em torno do caso Elián González, assim como os usos feitos por figuras como Andy Garcia e Gloria Estefan de seus capitais simbólicos para se pronunciarem e legitimarem narrativas sobre o exílio e a política cubana. Esse processo foi desenvolvido juntamente pela mídia que registrava e selecionava suas participações de modo a reforçar determinadas visões sobre o desenrolar dos debates e a mobilização em Miami. Neste sentido, o engajamento destes artistas não esteve circunscrito a um perfil militante, ou mesmo de canção engajada, mas sim como um aspecto “mais amplo e difuso, [que] define-se a partir do empenho do artista em prol de uma causa ampla, coletiva e ancorada em ‘imperativo moral e ético’ que acaba desembocando na política, mas não parte dela.” (Napolitano, 2011, p. 29).

Considerações finais

O caso Elián González integra as narrativas contemporâneas sobre a história de Cuba, assim como das migrações e exílios cubanos nos Estados Unidos (Gott, 2006). Marco das discussões sobre a relações políticas entre ambos os países, o caso foi transformado em símbolo das condições de muitos cubanos que tentavam deixar Cuba, assim como convertido em vítima dos processos políticos decorrentes de ambos os países. Parte da grande mídia estadunidense, a exemplo do *The New York Times*, construiu a uma imagem “da criança solitária, encontrada em águas ‘seguras’ flutuando em um tubo interno, claramente tinha uma espécie de moeda cultural com a mídia e o público americanos — uma moeda ligada não apenas a uma representação nostálgica dos refugiados cubanos, mas também a um discurso igualmente nostálgico sobre “resgatar” a família americana”⁵ (Banet-Weiser, 2003, p. 131). Essa construção, mobilizou uma série de grupos e personalidades entre eles os artistas Gloria Estefan e Andy Garcia.

Este trabalho, de caráter exploratório, procurou abordar algumas impressões e análises introdutórias com relação a esse caso de modo a pensar o posicionamento e a participação dos artistas cubanos que estavam exilados nos EUA com relação ao caso. A partir das falas ocorridas da cantora Gloria Estefan e do ator Andy Garcia em abril de 2000, quando a comunidade exilada em Miami se mobilizou em torno da casa em que Elián González vinha sendo hospedado, se percebeu a construção de narrativas e processos que buscaram

⁵ Tradução do autor. No original: “of the lone child, found in “safe” waters floating on an inner tube, clearly had a kind of cultural currency with the American media and public—a currency connected not only to a nostalgic rendering of Cuban refugees but also to an equally nostalgic discourse about “rescuing” the American family”

legitimidades nas discussões a partir do capital simbólico destas figuras públicas. A mídia, nestes casos, consistiu em formas de recuperar vestígios sobre esse momento, mas também se tornou um aspecto de discussão enquanto a própria seleção e foco dado a estes artistas integrou o conjunto de estratégias mobilizadas.

Mais do que retomar o caso Elián González na íntegra, como já foi realizado por uma larga historiografia internacionalizada, se procurou contribuir aos debates a partir de um foco pouco explorado, sendo justamente a participação dos artistas cubanos exilados. A historiadora Lillian Guerra (2007a) foi uma das poucas pesquisadoras a mencionar a presença de artistas nos Estados Unidos nos debates sobre o caso, citando inclusive a cantora Gloria Estefan, contudo não desenvolveu uma reflexão mais extensa sobre o engajamento e as falas diretamente. Seus debates voltaram-se muito mais a questões gerais de articulações em torno do “ser cubano” e das construções identitárias que perpassavam o caso Elián.

Este trabalho pretendeu contribuir para esta historiografia, visando expandir e colaborar com as discussões realizadas até o momento. Ao mesmo tempo, em que, a partir do caso de Elián González e da participação dos artistas foi possível perceber certas construções e relações entre passado-presente, em especial no referente as políticas migratórias. Não pretendendo construir uma linha do tempo de uma história dos exílios, a retomada de eventos e momentos específicos das migrações cubanas para os Estados Unidos pretendem apontar para a própria historicidade das tensões existentes os dois países. Percebe-se, desta forma, que as discussões em torno do caso Elián integraram esse cenário maior e o próprio processo reverberou em falas das comunidades exiladas presentes em Gloria Estefan e Andy Garcia. Desta forma, o “presente” torna-se não apenas próximo, mas é espaço privilegiado para refletir sobre as contemporaneidades de fenômenos não simultâneos, para as múltiplas dimensões temporais que compõem o chamado “tempo vivido” (Rousso, 2016).

Referências

Fontes

ALVAREZ, Lizette. Block by Block, a Wall Rises in Little Havana. *The New York Times*. New York, p. 28-28. 14 abr. 2000.

BRAGG, Rick. The Elián González case: Cuban's Family Defies Reno Court Issues a Stay. *The New York Times*. New York, p. 01-28. 14 abr. 2000.

ENTERTAINMENT WEEKLY: ENT5 - ELIAN CELEBS. Miami: Entertainment Weekly, 2000.

EUA. *Public Law 89-732-NOV.*: Cuban Adjustment Act., Washington, 1966.

EUA. *Public Law 96-212-MAR.*: Refugee Act, 1980.

EUA. *Public Law 104-114-MAR.*: Helms–Burton Act, 1996.

TIMES, The New York. Singer Joins Protests and Calls for Calm. *The New York Times*. New York, p. 29-29. 14 abr. 2000.

Bibliografia

AVELAR, Alexandre de Sá. Para falarmos de incômodos: memória, vítima e a “perversão historiográfica”. In: MENESES, Sonia. (Org.). *História, Memória e Direitos*. São Paulo: Letra e Voz, 2019.

AYERBE, Luis Fernando. *A Revolução Cubana*. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

BANET-WEISER, Sarah. Elian Gonzalez and "The Purpose of America": Nation, Family, and the Child-Citizen. *American Quarterly*, Vol. 55, n. 2, 2003.

BARBOSA, Marialva. Jornalistas, senhores da memória? In: *XXVII Congresso da Intercom*, 2004, XXVII Congresso da Intercom. Porto Alegre: PUC-RS e Intercom, 2004.

BUTLER, Judith; SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Quem canta o Estado-nação?* Língua, política, pertencimento. Brasília: Editora UNB, 2018.

BOURDIEU, Pierre. Capital simbólico e classes sociais. *Novos estudos - CEBRAP*, Sp, n. 96, p. 105-115, July 2013.

CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Rj: Bertrand Brasil; Lisboa: Difel, 1990.

CHASE, Michelle. *Revolution within the Revolution: Women and Gender Politics in Cuba (1952-1962)*. Carolina do Norte: The University of North Carolina Press, 2015.

CHOMSKY, Aviva. *História da Revolução Cubana*. SP: Veneta, 2015.

COSTA, Adriane Vidal. *Intelectuais, política e literatura na América Latina: O debate sobre revolução e socialismo em Cortázar, García Márquez e Vargas Llosa*. SP: Alameda, 2013.

GUERRA, Lillian. Elián González and the ‘Real Cuba’ of Miami: Visions of Identity, Exceptionality, and Divinity. *Cuban Studies*, vol. 38, 2007a.

_____. The idea of Cuba. In: HARRIS, Alex; GUERRA, Lillian. *The Idea of Cuba*. New Mexico: University of New Mexico Press, 2007b.

GOTT, Richard. *Cuba: Uma História*. Rj: Jorge Zahar Editor, 2006.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. BH: Editora da UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003.

_____. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

MARTINEZ, Alfredo Juan Guevara. Da Revolução Cubana à Era Obama: das tensões à normalização. *Revista Esboços*, v. 24, n. 38, 2017.

NAPOLITANO, Marcos. A relação entre arte e política: uma introdução teórico-metodológica. *Temáticas*, v. 37-38, p. 25-56, 2011.

ORTIZ, Fernando. *Contrapunteo cubano del azúcar y del tabaco*. Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 1983.

PEREZ Jr., Louis A. *Cuba and the United States: Ties of Singular Intimacy*. Athens: University of Georgia Press, 2003.

RANCIÈRE, Jacques. *Figuras da história*. Sp: Editora Unesp, 2018.

ROUSSO, Henry. *A Última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo*. Rj: Fundação Getúlio Vargas, 2016.

SAID, Edward. *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. SP: Companhia das Letras, 2003.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* BH: Editora da UFMG, 2010.

Recebido em: 05/05/2020

Aceito em: 07/04/2022



RLAH

Agosto/Dezembro de 2022